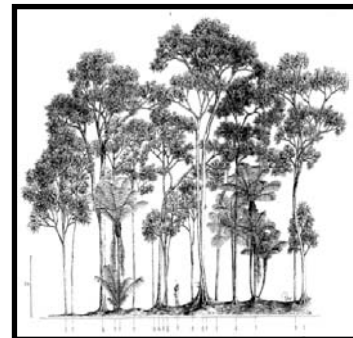
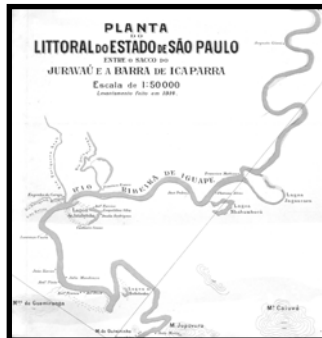
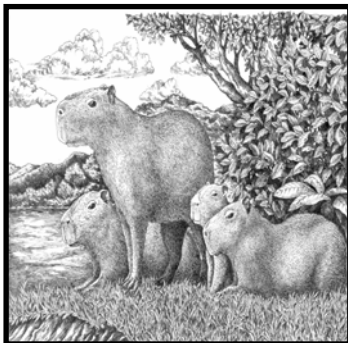


PLANO DE MANEJO

PARQUE ESTADUAL DA CAMPINA DO ENCANTADO



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO José Serra	
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE Francisco Graziano Neto	
FUNDAÇÃO FLORESTAL	INSTITUTO FLORESTAL
PRESIDENTE Paulo Nogueira Neto	DIRETORIA GERAL Cláudio Henrique Barbosa Monteiro
DIRETORIA EXECUTIVA José Amaral Wagner Neto	DIVISÃO DE RESERVAS E PARQUES ESTADUAIS Luis Alberto Bucci
DIRETORIA DE OPERAÇÕES Dácio Roberto Matheus	DIVISÃO DE FLORESTAS E ESTAÇÕES EXPERIMENTAIS Antônio Orlando da Luz Freire Neto
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA Wanda Terezinha P. V. Maldonado	DIVISÃO ADMINISTRATIVA Rosângela Goes Papa
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA José Carlos Geraci	DIVISÃO DE DASONOMIA Marco Aurélio Nalon
NÚCLEO DE PLANOS DE MANEJO Cristiane Leonel	
GERÊNCIA DO VALE DO RIBEIRA Boris Alexandre César	
COORDENAÇÃO REGIONAL Mário Nunes de Souza	
PARQUE ESTADUAL DA CAMPINA DO ENCANTADO Márcia Santana Lima	

São Paulo, novembro de 2008

CRÉDITOS TÉCNICOS

EQUIPE DE COORDENAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DA CAMPINA DO ENCANTADO

Coordenação Geral

Cristiane Leonel (2008 – revisão e conclusão)

Adriana de Queirós Mattoso (2005 – 2008)

Coordenação Técnica

Cristiane Leonel

Gisela V. Menezes

Kátia Pisciotta

Marcos da Silva Noffs

Supervisão Técnico-Executiva

Márcia Santana Lima

Mário José Nunes de Souza

Sidnei Raimundo

Sueli de Fátima Lorenjam

Apoio administrativo

Sidnei Salinas

Maria Luci de Toledo

Capa

Foto

Isadora Le Senechal Parada

Ilustrações

Carlos Henrique Zambon

Marcio Sztutman

Comissão Geographica e

Geologica da Província de São Paulo

Capivaras

Vegetação

Mapa do Rio Ribeira de Iguape

Equipe Técnica das Áreas Temáticas

Meio Biótico

Marilda Rapp de Eston	Pesquisador Científico - Instituto Florestal	Avifauna
Gisela Vianna Menezes	CETESB	Avifauna
Paulo Martuscelli	Consultor Independente	Fauna
Isabel Fernandes de Aguiar Mattos	Pesquisador Científico - Instituto Florestal	Vegetação
Natália Macedo Ivanauskas	Pesquisador Científico - Instituto Florestal	Vegetação
Marcio Sztutman	Consultor Independente	Vegetação

Meio Físico

Alethéa Ernandes Martins Sallun	Pesquisadora Científica - Instituto Geológico	Geologia e Geomorfologia
William Sallun Filho	Pesquisador Científico - Instituto Geológico	Geologia e Geomorfologia
Renato Tavares	Pesquisador Científico - Instituto Geológico	Aspectos Climáticos

Meio Antrópico

Alexandre Curvelo de Almeida Prado	Ambiental Consulting	Uso Público
Ana Paula Fuentes Mikalanauskas	Ambiental Consulting	Uso Público
Danilo Nobre Kulaif	Ambiental Consulting	Uso Público
Fernando Nogata Kanni	Ambiental Consulting	Uso Público
Dalmo Dippold Vilar	Consultor Independente	Patrimônio Histórico e Arqueológico
Filomena Pugliese Fonseca	Consultora Independente	Patrimônio Histórico e Arqueológico
Isadora Le Senechal Parada	Consultora Independente	Vetores de Pressão
Ana Carolina Honora	Núcleo de Regularização Fundiária – Fundação Florestal	Regularização Fundiária
Maria Aparecida Rezende	Núcleo de Regularização Fundiária – Fundação Florestal	Regularização Fundiária
Boris Alexandre César	Gerência do Vale do Ribeira – Fundação Florestal	Regularização Fundiária
Isadora Le Senechal Parada	Consultora Independente	Regularização Fundiária

Gestão

Claudia N. Shida	Núcleo Planos de Manejo – Fundação Florestal	Planejamento Integrado
Sidnei Raimundo	Equipe Planos de Manejo – Instituto Florestal	Planejamento Participativo
Sandra Leite	Gerência de Desenvolvimento Sustentável – Fundação Florestal	Bases Legais para a Gestão
Silvia Jordão	Gerência de Conservação Ambiental – Fundação Florestal	Bases Legais para a Gestão
Márcia Santana Lima	Gestora - Instituto Florestal	Gestão Institucional

Geoprocessamento

Marco Aurélio Nalon	Pesquisador Científico - Instituto Florestal	Geoprocessamento
Isadora Le Senechal Parada	Consultora Independente	Geoprocessamento
Mário José Nunes de Souza	Gestor – Fundação Florestal	Geoprocessamento

Revisão – Texto Final

Cristiane Leonel	Núcleo de Planos de Manejo – Fundação Florestal
Claudia N. Shida	Núcleo de Planos de Manejo – Fundação Florestal
Bruna Bianca Pasquini	Núcleo de Planos de Manejo – Fundação Florestal

Edição e impressão

Maria Luci de Toledo	Núcleo de Planos de Manejo – Fundação Florestal
----------------------	---

O PATRIMÔNIO NATURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO E A FUNDAÇÃO FLORESTAL

A Secretaria do Meio Ambiente é o órgão do Governo do Estado responsável pelo estabelecimento e implementação da política de conservação do estado de São Paulo, considerando, dentre outras ações, a implantação e a administração dos espaços territoriais especialmente protegidos, compreendendo unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável.

A Fundação Florestal tem a missão de contribuir para a melhoria da qualidade ambiental do Estado de São Paulo, visando à conservação e a ampliação de florestas. Tais atribuições são implementadas por meio de ações integradas e da prestação de serviços técnico-administrativos, da difusão de tecnologias e do desenvolvimento de metodologias de planejamento e gestão. Sua ação sustenta-se em quatro vertentes: conservação, manejo florestal sustentável, educação ambiental e ação integrada e regionalizada.

Criada pela Lei nº 5.208/86, no final do governo estadual de André Franco Montoro, a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo - Fundação Florestal, como passou a ser conhecida, surgiu na forma de um órgão de duplo perfil, ou seja, uma instituição que implantasse a política ambiental e florestal do Estado com a eficiência e a agilidade de uma empresa privada.

Vinculada à Secretaria do Meio Ambiente, a Fundação Florestal vinha implantando uma visão moderna de gestão ambiental, procurando mostrar que a atividade econômica, desde que praticada na perspectiva do desenvolvimento sustentável, pode gerar bons negócios, empregos e capacitação profissional, ao mesmo tempo em que protege o patrimônio natural e utiliza de maneira racional e sustentável os recursos naturais.

Foi com este espírito que grandes mudanças ocorreram na Fundação Florestal a partir do final de 2006. Inicialmente as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), até então atreladas ao Governo Federal, por meio do Decreto Estadual nº 51.150, de 03/10/06, passaram a ser reconhecidas no âmbito do Governo Estadual, delegando à Fundação Florestal a responsabilidade de coordenar o Programa de Apoio às RPPNs. Um mês depois, o Decreto Estadual 51.246, de 06/11/06, atribuiu à Fundação Florestal a responsabilidade do gerenciamento das Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), nas áreas de domínio público.

Ainda no final de 2006 foi instituído, através do Decreto Estadual nº 51.453, de 29/12/06, o Sistema Estadual de Florestas – SIEFLOR, com o objetivo de aperfeiçoar a gestão e a pesquisa na maior parte das unidades de conservação do Estado de São Paulo. Os gestores desse Sistema são a Fundação Florestal e o Instituto Florestal, contemplando, dentre as UCs de proteção integral os Parques Estaduais, Estações Ecológicas e Reservas de Vida Silvestre e, dentre as unidades de conservação de uso sustentável, as Florestas Estaduais, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Extrativistas. A Fundação Florestal desenvolve, implementa e gerencia os programas de manejo nestas unidades enquanto, o Instituto Florestal, realiza e monitora atividades de pesquisa.

Em maio de 2008, novo Decreto Estadual nº 53.027/08, atribui à Fundação Florestal o gerenciamento das 27 Áreas de Proteção Ambiental (APAs) do Estado de São Paulo, até então sob responsabilidade da Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental (CPLEA), como resultado de um processo de reestruturação interna da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Considerando-se as RPPNs e ARIEs, acrescidas das unidades, gerenciadas pelo SIEFLOR e, mais recentemente, as APAs, a Fundação Florestal, passou, em menos de dois anos, a administrar mais de uma centena de unidades de conservação abrangendo aproximadamente 3.420.000 hectares ou cerca de 14% do território paulista.

Trata-se, portanto, de um período marcado por mudanças e adaptações que estão se concretizando à medida em que as instituições envolvidas adequam-se às suas novas atribuições e responsabilidades. A Fundação Florestal está se estruturando tecnicamente e administrativamente para o gerenciamento destas unidades, sem perder de vista sua missão e o espírito que norteou em assumir a responsabilidade de promover a gestão, ou o termo cotidiano que representa o anseio da sociedade – zelar pela conservação do patrimônio natural, histórico-arquelógico e cultural da quase totalidade das áreas protegidas do Estado, gerando bons negócios, emprego, renda e capacitação profissional às comunidades locais.

.....

(mapa)

(mapa)



AGRADECIMENTOS

Este Plano de Manejo é o resultado do trabalho conjunto de muitas pessoas. Agradecemos a todos que participaram direta ou indiretamente e certamente continuarão participando.

Secretaria do Meio Ambiente

Parques Estaduais Ilha do Cardoso, Estação Ecológica de Chauás, Divisão de Dasonomia, Divisão de Reservas e Parques e Divisão de Estações Experimentais do Instituto Florestal; Coordenação Regional do Vale do Ribeira e Litoral Sul, Gerência de Conservação Ambiental e Núcleo de Regularização Fundiária da Fundação Florestal; Instituto Geológico; Projeto de Preservação da Mata Atlântica.

Instituições públicas estaduais, federais e locais

Polícia Ambiental, em especial ao Batalhão de Registro; Secretaria da Agricultura, por meio das Casas de Agricultura; Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania/Instituto de Terras do Estado de São Paulo, por meio de sua equipe técnica, e Secretaria de Economia e Planejamento por meio do Instituto Geográfico e Cartográfico.

Prefeituras Municipais

Pariquera-Açu e Secretaria Municipal de Educação e Meio Ambiente.

Conselho Consultivo do Parque Estadual da Campina do Encantado

Maria Selma da Silva Gauglitz, Feliciano Siedlarczyk, Francisco Ângelo Alvarenga, Sonia Aparecida Teixeira, Nilo Cícero de Almeida, Sátiro Ribeiro, Clóvis dos Santos, Aldo César Nogueira, Joelma Marinheiro, Sergio Ricardo Souza Ikeda, Silas Soares Canholi, José Renato Lisboa, José Carlos Chemite, Mariuza Figueiredo Lindenberg, Carlos Alberto Domingues, Joaquim Roberto dos Santos, Rosemere Baptista, Silvana Aparecida Grote Baptista.

Agradecimentos especiais

A Luigi Vícaro, imigrante morador em Pariquera-Açu, pelas informações; a Irineu Simonetti, pelo material doado e paixão demonstrada; aos funcionários do Parque Estadual da Campina do Encantado, particularmente Antonio Bertholi, pela entrevista e aos funcionários da Estação Ecológica de Chauás.

APRESENTAÇÃO

A elaboração do Plano de Manejo de uma unidade de conservação, se constitui no principal instrumento de planejamento e gestão, na medida em que define o zoneamento da área protegida e estabelece as diretrizes e normas de uso em cada uma das zonas estabelecidas. O processo se dá a partir da realização de análises e diagnósticos técnicos e por meio de planejamento integrado e participativo.

A elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual da Campina do Encantado deu-se antes de uma série de transformações pelas quais a Fundação Florestal vem passando, particularmente, do Decreto que cria o SIEFLOR. Este momento de transição é evidenciado ao longo de todo este documento, que procura refletir as competências atuais da Fundação Florestal e do Instituto Florestal no âmbito do Sistema Estadual de Florestas.

Mesmo neste processo, concluímos o Plano de Manejo do Parque Estadual da Campina do Encantado. Consultores, técnicos e pesquisadores da casa e conselheiros do parque se debruçaram, discutiram, amadureceram e consensuaram os resultados aqui apresentados. Além do documento final impresso, satisfação de todos – autores, gestores e por que não dizer dos dirigentes – essa experiência coletiva e compartilhada nos dá a tranqüilidade que a implementação do Plano parte do compromisso assumido por todos os agentes que participaram de seu processo de elaboração.

O Parque Estadual da Campina do Encantado, em especial, protege uma pequena, mas significativa porção de Mata Atlântica. Localizado à margem direita do Ribeira de Iguape, o parque se estende por imensa planície, onde se concentram depósitos de turfa. Em alguns locais do parque e em seu entorno encontram-se grandes pilhas de conchas – os sambaquis- testemunhos de que ostras e moluscos faziam e fazem parte da dieta dos habitantes dessa região desde os primórdios, há mais de 5.000 anos.

É essa diversidade biológica e cultural que o Parque Estadual da Campina do Encantado guarda. Nos depósitos de turfa, maior atrativo do parque, furando-se o solo fofo e ascendendo-se um fósforo sobre o orifício vê-se uma chama se levantar do chão, é o fogo da campina do encantado, resultante da combustão de gases gerados a partir da decomposição da matéria orgânica existente no solo, que gera inúmeras lendas no imaginário popular.

Com dimensões reduzidas, cercado por unidades de conservação tão maiores e ao mesmo tempo isolado de todas elas, o Parque Estadual da Campina do Encantado protege um ambiente muito especial. Encravado nas terras mais baixas do Vale do Ribeira, com limites demarcados por rios que na imensa planície cavam seu leito serpenteando a paisagem e definem ecossistemas particulares, com uma dinâmica própria bem definida no tempo da cheia e da seca – as matas inundáveis.

Sabemos que a legislação ambiental brasileira é uma das mais avançadas do mundo e, por si só, é suficiente para a proteção do PE da Campina do Encantado e das demais áreas legalmente protegidas do estado. Atualmente, a dúvida mais importante que se apresenta é se a biodiversidade da Mata Atlântica poderá ser preservada através da conservação dos fragmentos florestais que restam ou; em outras palavras, se estes fragmentos são suficientemente grandes e representativos de forma a permitir o fluxo gênico e movimentação da biota. Os princípios da biologia da

conservação, sugerem que a diversidade do total disponível, pode ser maior que a simples soma das partes, de maneira que a melhor estratégia de conservação seria a de unir os fragmentos por meio de corredores ecológicos.

As várzeas onde os rios Pariquera Açu, Mirim e Ribeira se espalham, numa das margens são protegidas pelo PE da Campina do Encantado; na outra oferecem terras férteis para o plantio de chá, banana e mexerica, ou pastagens destinadas à criação de gado e de búfalos. É com estes vizinhos que deveremos dialogar no sentido de restabelecer ambientes propícios à conservação e aos usos mais sustentáveis. Os estudos para elaboração deste Plano de Manejo revelaram que é possível ampliar a área protegida através de um corredor ecológico que liga o Parque Estadual da Campina do Encantado à Estação Ecológica de Chauás.

Com este Plano de Manejo, a Fundação Florestal cumpre sua obrigação legal de elaborar os planos de manejo das unidades que gerencia, mas fundamentalmente cumpre sua responsabilidade ambiental e social de apresentar à sociedade o Parque Estadual da Campina do Encantado com sua diversidade ambiental e cultural, suas fragilidades, suas normas e suas possibilidades de gerar desenvolvimento e renda sem comprometer a conservação da floresta. Esta ação, mais que uma das metas prioritárias estabelecidas pela Secretaria do Meio Ambiente, traduz o anseio de ambientalistas, ONGs e da sociedade em geral.

São Paulo, novembro de 2008

José Amaral Wagner Neto
Diretor Executivo da Fundação Florestal

.....

SUMÁRIO

1. Introdução	
1.1. Mata Atlântica	03
1.1.1. A proteção da Mata Atlântica no Vale do Ribeira	08
1.1.2. A degradação histórica da Mata Atlântica	11
1.2. Características da ocupação e a colônia de Pariquera-Açú	13
1.3. O Parque Estadual da Campina do Encantado	15
1.3.1. Apresentação.....	15
1.3.2. Histórico da criação do Parque Estadual de Campina do Encantado	16
1.3.3. Gestão do Parque Estadual da Campina do Encantado	19
2. Procedimentos Metodológicos	
2.1. Introdução	23
2.2. Elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual de Campina do Encantado	23
2.2.1. Elaboração em fases	23
2.2.2. Planejamento participativo	24
2.2.3. Aumento de receita financeira	24
2.2.4. Inserção da unidade de conservação no contexto regional	24
2.2.5. Proximidade entre a equipe que elabora e implemento ao Plano de Manejo	24
2.3. Geoprocessamento	25
2.4. Diagnósticos	26
2.4.1. Síntese dos procedimentos metodológicos utilizados nos levantamentos temáticos	27
2.4.2. Caracterização do Meio Físico	28
2.4.3. Caracterização da Vegetação	30
2.4.4. Caracterização da Fauna	31
2.4.5. Caracterização Histórico-Arqueológica	33
2.4.6. Caracterização do Entorno	34
2.4.7. Caracterização do Uso Público	35
2.5. Orientação Estratégica e Programas de Gestão	36
2.5.1. Formulação dos Programas de Gestão	37
2.5.2. Formulação das Diretrizes	37
2.5.3. Formulação das Linhas de Ação	37
2.6. Zoneamento	37
3. Meio Físico	
3.1. Aspectos Climáticos	43
3.2. Geologia e Geomorfologia	47
3.2.1. Geomorfologia	47
3.2.2. Geologia	51
3.2.3. Turfeiras e Sambaquis do Parque Estadual da Campina do Encantado.....	65
3.2.4. Recursos Minerais	78
3.2.5. Hidrogeologia	85
4. Meio Biótico	
4.1. Caracterização da Vegetação	90
4.1.1. Caracterização fitofisionômica e fitossociológica	92
4.1.2. Unidades Vegetacionais.....	93
4.1.3. Fitossociologia	96
4.1.4. Florística	106
4.1.5. Diversidade	108
4.2. Caracterização da Fauna	110
4.2.1. Caracterização ecológica dos ambientes	110
4.2.2. Composição da avifauna.....	116
4.2.3. Singularidade e significância ecológica	118
4.2.4. Importância Biológica do Parque Estadual de Campina do Encantado	121

5.	Meio Antrópico	
5.1.	Caracterização Histórico-Arqueológica.....	128
5.1.1.	Introdução.....	128
5.1.2.	Sambaquis	128
5.1.3.	Patrimônio arqueológico da Campina do Encantado	130
5.1.4.	Caracterização dos sambaquis e sítios históricos.....	133
5.1.5.	Considerações finais	144
5.2.	Caracterização do entorno do Parque Estadual de Campina do Encantado.....	146
5.2.1.	Breve caracterização histórica dos municípios de Iguape e Pariquera-Açú.....	146
5.2.2.	Iguape e Pariquera-Açú – aspectos demográficos e econômicos	147
5.3.	Área de abrangência e Zona de Amortecimento posposta.....	147
5.3.1.	Mapeamento do uso atual da terra na Zona de Amortecimento proposta.....	149
5.3.2.	Caracterização das atividades desenvolvidas na Zona de Amortecimento proposta	154
6.	Zoneamento	
6.1.	Introdução.....	172
6.2.	Zona Intangível	173
6.2.1.	Objetivos de manejo	173
6.2.2.	Localização	173
6.2.3.	Normas e Recomendações	174
6.3.	Zona Primitiva.....	174
6.3.1.	Objetivos de manejo	174
6.3.2.	Localização	175
6.3.3.	Normas e Recomendações	175
6.4.	Zona de Uso Extensivo.....	178
6.4.1.	Objetivos de manejo	178
6.4.2.	Localização	178
6.4.3.	Normas e Recomendações	178
6.5.	Zona de Uso Intensivo	179
6.5.1.	Objetivos de manejo	179
6.5.2.	Localização	179
6.5.3.	Normas e Recomendações	180
6.6.	Zona de Uso Especial.. ..	181
6.6.1.	Objetivos de manejo	181
6.6.2.	Localização	181
6.6.3.	Normas e Recomendações	181
6.7.	Zona de Recuperação.. ..	181
6.7.1.	Objetivos de manejo	182
6.7.2.	Localização	182
6.7.3.	Normas e Recomendações	182
6.8.	Zona Histórico-Cultural	183
6.8.1.	Objetivos de manejo	183
6.8.2.	Localização	183
6.8.3.	Normas e Recomendações	183
6.9.	Zona de Amortecimento	184
6.9.1.	Objetivos de manejo	184
6.9.2.	Localização	184
6.9.3.	Normas e Recomendações	185
6.10.	Corredor Ecológico	186
7.	Programas de Gestão	
7.1.	Introdução.....	192
7.2.	Análise Situacional Estratégica	193
7.3.	Programa de Gestão Organizacional	195
7.3.1.	Introdução	195

7.3.2.	Estrutura Organizacional	196
7.3.3.	Gestão Financeira	199
7.3.4.	Gestão de Pessoal	201
7.3.5.	Caracterização da Infra-estrutura	204
7.3.6.	Parcerias em desenvolvimento no PE da Campina do Encantado	206
7.3.7.	Sistema de Documentação e Monitoramento	207
7.3.8.	O PE da Campina do Encantado e a avaliação da gestão das UC's do Est.de São Paulo	208
7.3.9.	Objetivos do Programa de Gestão Organizacional	209
7.3.10.	Indicadores de Efetividade	209
7.3.11.	Diretrizes	209
7.3.12.	Diretrizes e Indicadores	209
7.3.13.	Formulação das Linhas de Ação	211
7.3.14.	Síntese das Diretrizes e Linhas de Ação	216
7.4.	Programa de Proteção	218
7.4.1.	Introdução	218
7.4.2.	Ações para proteção do patrimônio público ambiental	218
7.4.3.	O Plano Operacional de controle: atuação conjunta para a proteção da natureza	219
7.4.4.	Operacionalização do Programa de Proteção	222
7.4.5.	Caracterização da situação atual	222
7.4.6.	Descrição da Infra-estrutura e de pessoal	223
7.4.7.	O trabalho conjunto com a Polícia Ambiental e as operações de fiscalização	224
7.4.8.	Objetivos do Programa de Proteção	226
7.4.9.	Indicadores de Efetividade	226
7.4.10.	Diretrizes	226
7.4.11.	Diretrizes e Indicadores	226
7.4.12.	Linhas de Ação	227
7.4.13.	Síntese das Diretrizes e Linhas de Ação	232
7.5.	Programa de Pesquisa	234
7.5.1.	Introdução	234
7.5.2.	Diagnóstico da situação atual	234
7.5.3.	A responsabilidade institucional na geração e gestão de pesquisas científicas	238
7.5.4.	Objetivos do Programa de Pesquisa	238
7.5.5.	Indicadores de Efetividade	238
7.5.6.	Diretrizes	239
7.5.7.	Diretrizes e Indicadores	239
7.5.8.	Linhas de Ação	239
7.5.9.	Síntese das Diretrizes e Linhas de Ação	246
7.6.	Programa de Uso Público	248
7.6.1.	Introdução	248
7.6.2.	O turismo em Parquera-Açu	249
7.6.3.	O turismo no Parque Estadual da Campina do Encantado	253
7.6.4.	Divulgação.....	258
7.6.5.	Sinalização	259
7.6.6.	Atrativos do Parque Estadual da Campina do Encantado	260
7.6.7.	Objetivos do Programa de Uso Público	266
7.6.8.	Indicadores de Efetividade	266
7.6.9.	Diretrizes	266
7.6.10.	Diretrizes e Indicadores	266
7.6.11.	Linhas de Ação	268
7.6.12.	Síntese das Diretrizes e Linhas de Ação	274
7.7.	Programa de Interação Sócio-Ambiental	276
7.7.1.	Introdução	276
7.7.2.	Objetivos do Programa de Interação Sócio-Ambiental	277

7.7.3.	Indicadores de Efetividade	277
7.7.4.	Diretrizes	278
7.7.5.	Diretrizes e Indicadores	278
7.7.6.	Linhas de Ação	279
7.7.7.	Síntese das Diretrizes e Linhas de Ação	285
7.8.	Programa de Regularização Fundiária	286
7.8.1.	Caracterização da situação fundiária do PE da Campina Encantada.....	286
7.8.2.	Objetivos do Programa de Regularização Fundiária.....	286
7.8.3.	Diretrizes	286
7.8.4.	Diretrizes e Indicadores.....	287
7.8.5.	Linhas de Ação.....	287
7.8.6.	Síntese das Diretrizes e Linhas de Ação	288
7.9.	Prioridades de Implementação	290
8.	Bases Legais para a gestão	294
8.1.	Introdução	294
8.2.	Unidades de conservação regionais e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.....	294
8.3.	Tombamento, Reserva da Biosfera, Sítio do Patrimônio Mundial: bens do estado, do Brasil e da humanidade	296
8.3.1.	Tombamento	297
8.3.2.	Reserva da Biosfera	297
8.3.3.	Sítio do Patrimônio Mundial	299
8.4.	Mata Atlântica, vales do Ribeira e Paranapanema, Cavernas e Sítios Arqueológicos: Proteção Constitucional	300
8.4.1.	Mata Atlântica	300
8.4.2.	Sítios arqueológicos e pré-históricos: bens da União.....	301
8.5.	Zona de Amortecimento e Corredores Ecológicos: amparo legal para a conservação além dos limites das UC's	302
8.6.	O princípio da precaução	305
8.7.	Instrumentos Legais de apoio à gestão	307

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1. População da colônia de Pariqueira-Açu no final do século XIX-XX
- Tabela 2. Diagnósticos técnicos elaborados entre 2002 e 2008 para o Parque Estadual da Campina do Encantado
- Tabela 3. Etapas para análise do patrimônio cultural do Parque Estadual da Campina do Encantado
- Tabela 4. Características das zonas com maiores restrições de uso do Parque Estadual da Campina do Encantado
- Tabela 5. Unidades litológicas que ocorrem na área do Parque Estadual da Campina do Encantado, a partir do mapa geológico de Suguio & Martin (1978) e CPRM (2006).
- Tabela 6. Datações por radiocarbono de turfeiras e sambaquis. Os intervalos de idade estão em ano calendário antes do presente (cal. Anos A.P.), que correspondem aos valores máximos e mínimos
- Tabela 7. Distribuição da quantidade de títulos minerários de acordo com a substância mineral no entorno do PECE, segundo dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) de outubro/2008
- Tabela 7a Situação dos títulos minerários que ocorrem dentro do PE da Campina do Encantado
- Tabela 7b Situação dos títulos minerários que ocorrem no entorno do PE da Campina do Encantado
- Tabela 8. Unidades aquíferas da área estudada e características hidráulicas. Condutividades hidráulicas estimadas com base nas características texturais e estruturais das rochas. Valores tabelados extraídos de Freeze & Cherry (1979) e Fetter (1994)
- Tabela 9. Parâmetros GOD e graus de vulnerabilidade calculados para os sistemas aquíferos identificados
- Tabela 10. Tipos vegetacionais encontrados no Parque Estadual da Campina do Encantado, SP
- Tabela 11. Espécies de aves de interesse para a conservação e registradas para o PE da Campina do Encantado e sua área de entorno
- Tabela 12. Quadro das propriedades rurais no município
- Tabela 13. Classes de uso do solo, cores e texturas apresentadas
- Tabela 14. Uso da terra no entorno do Parque Estadual da Campina do Encantado
- Tabela 15. Agrotóxicos mais utilizados na região do Parque Estadual da Campina do Encantado
- Tabela 16. Enquadramento do município de Pariqueira-Açu quanto a disposição de tratamento e disposição de resíduos domiciliares (IQR: Índice de Qualidade de Aterros de Resíduos) no período de 1997 e 2007 (CETESB 2007)
- Tabela 17. Critérios para estabelecimento de zoneamento
- Tabela 18. Descrição das áreas incluídas e excluídas da ZA
- Tabela 19. Área total das zonas do PE da Campina do Encantado
- Tabela 20. Matriz da Situação Estratégica
- Tabela 21. Composição do Conselho Consultivo do PECE
- Tabela 22. Fontes de Recursos Financeiros do PE da Campina do Encantado
- Tabela 23. Origem e alocação de investimentos e custeio entre o PPMA e Recursos do Tesouro do Estado
- Tabela 24. Despesas efetuadas pelo Parque Estadual da Campina do Encantado entre janeiro a

setembro de 2008

- Tabela 25. Organograma de cargos e funções do Parque Estadual da Campina do Encantado por Programa de Gestão
- Tabela 26. Quadro de funcionários do Parque Estadual da Campina do Encantado
- Tabela 27. Edificações existentes na sede administrativa e no Parque Estadual da Campina do Encantado
- Tabela 28. Frota automobilística e náutica
- Tabela 29. Equipamento de escritório e vídeo/foto/som
- Tabela 30. Equipamentos de radiocomunicação
- Tabela 31. Diretrizes e indicadores
- Tabela 32. Quadro atual e necessidades de pessoal do Parque Estadual da Campina do Encantado
- Tabela 33. Síntese das linhas de ação segundo as diretrizes
- Tabela 34. Objetivos do Plano Operacional de Controle
- Tabela 35. Premissas das operações integradas de fiscalização
- Tabela 36. Patrulhamento integrado de fiscalização
- Tabela 37. Atendimento a denúncias
- Tabela 38. Patrulhamento com as equipes de vigilância do parque
- Tabela 39. Frota automobilística e náutica
- Tabela 40. Equipamentos de radiocomunicação
- Tabela 41. Operações de fiscalização
- Tabela 42. Diretrizes e Indicadores
- Tabela 43. Síntese das linhas de ação segundo as diretrizes
- Tabela 44. Normas básicas para as atividades de pesquisa científica
- Tabela 45. Objetivos e indicadores das diretrizes
- Tabela 46. Linhas de pesquisa prioritárias
- Tabela 47. Síntese das Linhas de Ação segundo diretrizes
- Tabela 48. Classificação e localização dos atributos da trilha da Campina
- Tabela 49. Diretrizes e indicadores
- Tabela 50. Síntese das Linhas de Ação segundo as Diretrizes
- Tabela 51. Diretrizes e indicadores
- Tabela 52. Síntese das Linhas de Ação segundo as Diretrizes
- Tabela 53. Objetivos e indicadores das diretrizes
- Tabela 54. Síntese das Linhas de Ação segundo Diretrizes
- Tabela 55. Prioridades das Linhas de Ação na implementação por Programa de Gestão
- Tabela 56. Instrumentos Legais para apoio à gestão

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Domínio e Remanescentes da Mata Atlântica no Brasil
- Figura 2. Distribuição dos Hotspots
- Figura 3. Articulação de folhas topográficas e fotografias aéreas utilizadas
- Figura 4. Método GOD para avaliação da vulnerabilidade à contaminação de aquíferos (Foster *et al.* 2002)
- Figura 5. Análise Situacional Estratégica
- Figura 6. Totais pluviométricos anuais de Pariquera Açú - Posto F4-035 (1962-1991)
- Figura 7. Totais Pluviométricos Mensais de Pariquera Açú - Posto F4-035 Anos Excepcionais e Média do Período 1962-1991
- Figura 8. Unidades geomorfológicas que ocorrem no PE da Campina do Encantado, baseado em Ross & Moroz (2002)
- Figura 9. Modelo Digital de Terreno (MDTs) do Parque Estadual da Campina do Encantado e seu entorno com base nos dados SRTM (2004)
- Figura 10. Rede de drenagem do Parque Estadual da Campina do Encantado e seu entorno
- Figura 11. Contexto geológico regional em que está inserida a área do PECE e seu entorno
Blocos e fragmento cratônico: (LA) Luís Alves, (CF) Cabo Frio, (SF) São Francisco;
Terrenos arqueanos e paleoproterozóicos: (C) Curitiba, (SM) Serra do Mar, (JF) Juiz de Fora, (M) Mantiqueira; Faixas de dobramento meso a neoproterozóicas: (RG) Alto Rio Grande, (R) Ribeira, (SG) Nappe Socorro-Guaxupé; Sequências sedimentares e vulcanossedimentares Cambro-ordovicianas (CO); Zonas de cisalhamento: (1) Campos do Meio, (2) Jacutinga-Ouro Fino, (3) Jundiuvira-Boquira-Rio Preto; (4) Cubatão; (5) Lancinha; (6) Além Paraíba (Campanha & Sadowski 1999)
- Figura 12. Quatro sistemas de ilhas-barreira/lagunas registrados na planície costeira do Rio Grande do Sul testemunham fases de ascensão do nível relativo do mar acima do atual no Quaternário (Villwock *et al.* 1986, Tomazelli & Vilwock 1996)
- Figura 13. Estádios de evolução geológica durante o Quaternário tardio (Suguio & Martin 1978)
- Figura 14. Mapa geológico simplificado da área do Parque Estadual da Campina do Encantado e seu entorno, mostrando as principais unidades geológicas que ocorrem em superfície (baseado em Suguio & Martin 1978)
- Figura 15. Mapa geológico simplificado da área do Parque Estadual da Campina do Encantado e seu entorno, mostrando as principais unidades geológicas que ocorrem em superfície (baseado em CPRM 2006)
- Figura 16. Afloramento da Formação Pariquera-Açú na área do entorno do Parque Estadual da Campina do Encantado (PECE) (UTM 21 1923N/7271210E)
- Figura 17. Detalhe de afloramento da Formação Pariquera-Açú na área do entorno do PE da Campina do Encantado (UTM 21 1923N/7271210E)
- Figura 18. Principais compartimentos geotectônicos da área do Parque Estadual da Campina do Encantado e seu entorno (fonte: CPRM 2006)
- Figura 19. Afluente do córrego do Braço Preto, na Trilha da Brejaúva do PECE, drenando turfeira (UTM 21 5638N /7271581E)
- Figura 20. Sondagem com vibrotestemunhador na Trilha da Campina do Parque Estadual da Campina do Encantado para coleta de amostras de turfeira para pesquisa científica do Instituto Geológico (IG/SMA-SP) (S01-UTM 21 5638N/7271581E)

- Figura 21. Sondagem com vibrotestemunhador na Trilha da Campina do PECE para coleta de amostras de turfeira para pesquisa científica do Instituto Geológico (IG/SMA-SP) (S02-UTM 218320N/7272114E)
- Figura 22. Transporte do testemunho de sondagem com vibrotestemunhador em área de floresta turfosa rasa na Trilha da Campina do PE da Campina do Encantado
- Figura 23. Transporte do testemunho de sondagem com vibrotestemunhador em área com floresta sobre morrote na Trilha da Campina do do PE da Campina do Encantado
- Figura 24. Turfa “leve ou fibrosa” a “escura ou hêmica” em testemunho coletado em sondagem com vibrotestemunhador no Parque Estadual da Campina do Encantado (S01-UTM 215638N/7271581E)
- Figura 25. Turfa “preta ou sáprica” em testemunho coletado em sondagem com vibrotestemunhador no PECE (S01-UTM 215638N/7271581E)
- Figura 26. Turfa em testemunho coletado em sondagem com vibrotestemunhador no PECE (S01-UTM 215638N/7271581E) em contato com sedimentos argilosos paleolagunares
- Figura 27. Sedimentos argilosos paleolagunares com fragmentos vegetais bem preservados, que ocorre abaixo da turfeira em testemunho coletado em sondagem com vibrotestemunhador no PECE (S01-UTM 215638N/7271581E)
- Figura 28. Turfa “preta ou sáprica” em testemunho coletado em sondagem com vibrotestemunhador no PECE (S02-UTM 218320N/7272114E)
- Figura 29. Imagem LANDSAT-7 com composição R4G3B2 da área do Parque Estadual da Campina do Encantado e seu entorno, com a localização de áreas com desenvolvimento de espessos depósitos de turfa
- Figura 30. Localização das sondagens com vibrotestemunhador executadas na área do Parque Estadual da Campina do Encantado
- Figura 31. Localização dos sambaquis que ocorrem na área do Parque Estadual da Campina do Encantado e seu entorno, aonde foram obtidas idades mínimas por Martin *et al.* (1978) e Sallun *et al.* (2008)
- Figura 32. Mapa com delimitação das principais ocorrências de bens minerais na área do Parque Estadual da Campina do Encantado e seu entorno, a partir dos polígonos delimitados de processos minerários junto ao DNPM (outubro/2008)
- Figura 33. Localização dos pontos de ocorrências minerais identificados pela CPRM (2006) na área do Parque Estadual da Campina do Encantado e seu entorno
- Figura 34. Localização dos blocos de amostragem. 1, 2, 3 e 4: Floresta Alta do Litoral (Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas); 5, 6 e 7: Floresta de Restinga Paludosa com Turfeira Periodicamente Inundada; 8 e 9: Floresta de Restinga Paludosa com Turfeira Livre de Inundações
- Figura 35. Curvas do número de espécies pelo número de parcelas altas
- Figura 36. Perfil florestal 30 x 5 m de floresta de turfeira periodicamente inundada, no Parque Estadual da Campina do Encantado, Pariquera-Açú, SP. 1. *Alchornea triplinervia*; 2. *Eugenia umbelliflora*; 3. *Euterpe edulis*; 4. *Gomidesia fenziliana*; 5. *Guatteria australis*; 6. *Ilex pseudobuxus*; 7. *Myrcia acuminatissima*; 8. *Myrcia bicarinata*; 9. *Myrcia multiflora*; 10. *Nectandra oppositifolia*; 11. *Pera glabrata*; 12. *Pouteria beauripairei*; 13. *Psidium cattleianum*; 14. *Rapanea venosa*; 15. *Tapirira guianensis* (Sztutman, 2000)

- Figura 37. Perfil florestal de 30 x 5 m de floresta sobre turfeira livre de inundações, no PE da Campina do Encantado, Pariquera-Açú, SP. 1. *Ilex pseudobuxus*; 2. *Ternstroemia brasiliensis* (Sztutman, 2000)
- Figura 38. Perfil florestal de 30 x 5 m de floresta sobre morrote, no Parque Estadual da Campina do Encantado, Pariquera-Açú, SP. : 1. *Astrocaryum aculeatissimum*; 2. *Buchenavia kleinii*; 3. ; *Calypttrantes grandifolia*; 4. *Calypttrantes strigipes*; 5. *Cupania oblongifolia*; 6. *Diploon cuspidatum*; 7. *Eclinusa ramiflora*; 8. *Euterpe edulis*; 9. *Faramea montevidensis*; 10. *Heisteria silvanii*; 11. *Licania octandra*; 12. *Ocotea odorifera*; 13. *Rollinea sericea*; 14. *Sloanea guianensis*; 15. *Sloanea obtusifolia*; 16. *Tetrastilydium grandifloium*; 17. *Xylopia langsdorfiana* (Sztutman, 2000)
- Figura 39. Famílias mais ricas em número de espécies no Parque Estadual da Campina do Encantado
- Figura 40. Distribuição das espécies amostradas no Parque Estadual da Campina do Encantado em diferentes hábitos de vida
- Figura 41. Capivara, espécie abundante nos ambientes aquáticos
- Figura 42. Vista aérea do PE da Campina do Encantado – a direita rio Ribeira de Iguape
- Figura 43. Vale do Ribeira em meados do século XX (Relatório da Comissão Geográfica e Geológica do estado de São Paulo, Exploração do Rio Ribeira de Iguape, 1908)
- Figura 44. Sambaqui da Campina, Rio Pariquera-Açu
- Figura 45. Artefatos encontrados em prospecções arqueológicas
- Figura 46. Sambaquis e sítios arqueológicos identificados no Parque Estadual da Campina do Encantado e no seu entorno imediato
- Figura 47. Croqui e fotos do Sambaqui do Encantado
- Figura 48. Croqui e fotos do Sambaqui Lombada Grande
- Figura 49. Croqui e fotos do Sambaqui Morrete
- Figura 50. Croqui e fotos do Sambaqui da Baixada
- Figura 51. Croqui e fotos do Sambaqui do Estirão
- Figura 52. Croqui e fotos do Sítio Histórico Ruína de Pedra
- Figura 53. Mapa do Rio Ribeira de Iguape (Relatório da Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo, Exploração do Rio Ribeira de Iguape – 1914)
- Figura 54. Fotos e Localização do Sítio Histórico Canal de Navegação
- Figura 55. Proposta de Zona de Amortecimento do PE da Campina do Encantado
- Figura 56. Microbacias que interagem com o PE da Campina do Encantado
- Figura 57. Fisionomias das diversas feições encontradas na área
- Figura 58. Gráfico de uso e ocupação da terra
- Figura 59. Aspecto de bananal limpo
- Figura 60. Material embalado para reciclagem
- Figura 61. Mapa de localização do aterro de resíduos sólidos
- Figura 62. Vista geral do aterro
- Figura 63. Lixo descoberto e presença de urubus
- Figura 64. Material reciclável
- Figura 65. Trator utilizado para recobrir o resíduo
- Figura 66. Distribuição dos resíduos sólidos coletados pela prefeitura no município de Pariquera-Açu

- Figura 67. Búfalo jovem
- Figura 68. Rio Pariquera, na divisa do PECE
- Figura 69. Vista do chazal; ao fundo pequena faixa de mata ciliar
- Figura 70. Sombreiro
- Figura 71. Organograma das relações institucionais do Parque Estadual da Campina do Encantado
- Figura 72. Evolução do quadro funcional do pece no período de 1997 a 2008
- Figura 73. Projetos de pesquisa cadastrados no Instituto Florestal (1988-2006)
- Figura 74. Número de visitantes no PE da Campina do Encantado nos anos 2000 a 2007
- Figura 75. Churrasqueira
- Figura 76. Churrasqueira
- Figura 77. Sanitário
- Figura 78. Viveiro de mudas
- Figura 79. Viveiro de mudas nativas
- Figura 80. Sinalização indicativa de informação ao visitante
- Figura 81. Sinalização interpretativa de informação ao visitante
- Figura 82. Fragilidades na trilha da Campina
- Figura 83. Fragilidades na trilha da Campina
- Figura 84. Floresta de Turfeira na trilha da Campina
- Figura 85. Floresta de restinga na trilha da Campina
- Figura 86. Campo de bromélias na trilha da Campina
- Figura 87. Aspecto de um dos rios da região

LISTA DE MAPAS

- Mapa 1. Remanescentes da Mata Atlântica no Vale do Ribeira e as Unidades de Conservação
- Mapa 2. Localização e vias de acesso ao Parque Estadual da Campina do Encantado
- Mapa 3. Fitofisionomias do Parque Estadual da Campina do Encantado
- Mapa 4. Uso do solo no Parque Estadual da Campina do Encantado e do entorno
- Mapa 5. Vetores de pressão negativos atuantes no Parque Estadual da Campina do Encantado.
- Mapa 6. Zoneamento do Parque Estadual da Campina do Encantado
- Mapa 7. Zona de Amortecimento e Corredor Ecológico do Parque Estadual da Campina do Encantado
- Mapa 8. Infra-Estrutura Turística

LISTA DE ANEXOS

- Anexo 1. Caracterização da Vegetação
- Anexo 2. Fauna do Parque Estadual da Campina do Encantado
- Anexo 3. Caracterização do Uso Público
- Anexo 4. Memorial Descritivo da Zona de Amortecimento
- Anexo 5. Projetos Cadastrados na Comissão Técnica e Científica do Instituto Florestal relacionados ao Parque Estadual da Campina do Encantado
- Anexo 6. Decreto Estadual 51.453 de 29/12/2006
- Anexo 7. Resolução SMA 16 de 03/04/2007
- Anexo 8. Termo de Referência para contratação de serviços para Análise e Monitoramento dos Impactos do Uso de Agrotóxicos e da presença do Lixão Municipal sobre os Recursos Hídricos do Parque Estadual da Campina do Encantado
- Anexo 9. Termo de Referência para contratação de serviços para diagnóstico sócio-econômico dos Municípios de Pariquera-Açu e Iguape e análise dos vetores de pressão incidentes na Zona de Amortecimento do Parque Estadual da Campina do Encantado
- Anexo 10. Agenda e Lista de Presença das Oficinas de Planejamento
- Anexo 11. Bibliografia

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

AIA	Auto de Infração Ambiental
ALESP	Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
ASPE	Área Sob Proteção Especial
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CBH	Comitê de Bacias Hidrográficas
CC	Conselho Consultivo
CCA	Câmara de Compensação Ambiental
CEPAM	Fundação Prefeito Faria Lima
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CETEC	Centro Tecnológico / Fundo Estadual de Recursos Hídricos
CETEOP	Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CI	Conservação Internacional do Brasil
CINP	Coordenadoria de Informações Técnicas, Documentação e Pesquisa Ambiental
CNDRS	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CODASP	Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo
CODIVAR	Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Vale do Ribeira
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONDEMA	Conselho Municipal do Meio Ambiente
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
CONDURB	Conselho de Desenvolvimento Urbano
CONSEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente
COTEC	Conselho Técnico e Científico do Instituto Florestal
CPLEA	Coordenadoria do Planejamento Ambiental
CPRN	Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e Proteção dos Recursos Naturais
CR	Criticamente em perigo de extinção
CRVRLS	Coordenadoria Regional do Vale do Ribeira e Litoral Sul
CV	Centro de Visitantes
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica
DAIA	Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental
DEPRN	Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DERSA	Desenvolvimento Rodoviário SA
DRPE	Divisão de Reservas e Parques Estaduais do Instituto Florestal
EA	Educação Ambiental

EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
ESALQ	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FBCN	Fundação Brasileira para Conservação da Natureza
FEHIDRO	Fundo Estadual de Recursos Hídricos
FEPASA	Ferrovias Paulista S.A.
FF	Fundação Florestal
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FUNATURA	Fundação Pró-Natureza
FUNDAP	Fundação do Desenvolvimento Administrativo
GPS	Geographic Position System
GT	Grupo de Trabalho
IB	Instituto de Biociências
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBt	Instituto de Botânica
ICMS	Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços
IDESC	Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira
IDEVALE	Instituto de Desenvolvimento do Vale do Ribeira
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IF	Instituto Florestal
IG	Instituto Geológico
IGC	Instituto Geográfico e Cartográfico
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
IQR	Índice de Qualidade de Resíduos
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
IUCN	União Internacional para Conservação da Natureza
KfW	Kreditanstalt für Wiederaufbau
LAC	Limits of Acceptable Change
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Ministério Público
MZUSP	Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAMB	Polícia Ambiental
PECB	Parque Estadual Carlos Botelho
PECE	Parque Estadual da Campina do Encantado
PEI	Parque Estadual Intervales

PESM	Parque Estadual da Serra do Mar
PETAR	Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGA	Plano de Gestão Ambiental
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PMPA	Prefeitura Municipal de Pariqueira -Açu
PNMA	Programa Nacional de Meio Ambiente
POA	Plano Operativo Anual
POC	Plano Operacional de Controle
PPI	Procuradoria do Patrimônio Imobiliário
PPMA	Projeto de Preservação da Mata Atlântica
PPP's	Parcerias Público Privadas
PqC	Pesquisador Científico
RBMA	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RL	Reserva Legal
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RTE	Recursos do Tesouro do Estado
SABESP	Companhia de Saneamento Básico de São Paulo
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEAQUA	Sistema Estadual de administração de qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SERT/MTE	Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho/Ministério do Trabalho
SIGMA	Sistema de Informação Geográfica da Mata Atlântica
SINTRAVALÉ	Sindicato dos Agricultores Familiares do Vale do Ribeira
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SMA	Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDELPA	Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Sul Paulista
TCCA	Termo de Compromisso de Compensação Ambiental
TNC	The Nature Conservancy do Brasil
UC	Unidade de Conservação
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UBCs	Unidades Básicas de Compartimentação do Terreno
UGRHI	Unidade de Gerenciamento dos Recursos Hídricos
UICN	União Internacional de Conservação da Natureza
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNISO	Universidade de Sorocaba
USP	Universidade de São Paulo
VU	Vulnerável à extinção
WWF	World Wildlife Fund
ZA	Zona de Amortecimento

Ficha Técnica do Parque Estadual da Campina do Encantado	
<p>Gestor do Parque</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Marcia Santana Lima 	<p>Endereço Sede Administrativa</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Rua Salto Saleti, 262 Cep 11990-000 Pariquera-Açu – SP <p>Telefone (13) 3856-1002 3856-2267</p> <p>E-mail pecampinadoencantado@fflorestal.sp.gov.br</p>
<p>Área do Parque</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 2.359,501 ha/ 3.258,34 ha' <p>Perímetro do Parque</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 29,16 km <p>Área de Propriedade do Estado</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 1.048,50 ha <p>Numero de Visitantes</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 1.500/ano <p>Municípios abrangidos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pariquera-Açu com área de 35.877,00 ha <p>Coordenadas Geográficas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Latitude 24° 36' e 24°40' S ▪ Longitude 47°48' e 47° 44' W <p>Criação do Conselho Consultivo</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 17/09/1998 	<p>Legislação Específica de Proteção</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Lei Estadual n° 8.873, de 16/08/1994 cria o Parque Estadual Pariquera-Açu ▪ Lei Estadual n° 10.316 de 26/05/1999 altera o nome do Parque Estadual Pariquera-Açu para Parque Estadual da Campina do Encantado
Acesso ao Parque	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ A sede administrativa do parque está localizada na área urbana de Pariquera-Açu, que dista 230 km da capital paulista. De São Paulo, via Régis Bitencourt (BR 116) até o Km 465 com destino a Pariquera-Açu, ▪ Do centro do Município de Pariquera Açu, a 12 km pelo bairro Braço Preto, mais 2 km até a Fazenda Lombadinha. Tomar acesso à direita e mais 1 km chega-se ao Núcleo de Visitação do Parque Estadual da Campina do Encantado. 	
Fauna	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ No PECE, a variedade de tipos vegetacionais propicia a ocorrência de composições faunísticas distintas e uma elevada riqueza de espécies. Foram registradas, 305 espécies de aves - 200 delas residentes e 105 migratórias, O grupo de mamíferos foi pouco estudado e não há inventários de ictiofauna e herpetofauna Entre as espécies que mais se destacam, até o momento, encontram-se 54 espécies de aves endêmicas, particularmente o papagaio-de-cara-roxa <i>Amazona brasiliensis</i> 	
Vegetação	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inundada (caixetal) que está condicionado a um substrato permanentemente alagado; Floresta de Restinga Paludosa com dois subtipos florestais: a Floresta de Restinga Paludosa com Turfeira Periodicamente Inundada que está associada a áreas periodicamente inundadas e a Floresta de Restinga Paludosa com Turfeira Livre de Inundações, conhecido localmente como campina do encantado; Floresta Alta do Litoral e Campo de Várzea ▪ Foram catalogadas 561 espécies vegetais no Parque Estadual da Campina do Encantado e na Estação Ecológica do Chauás, incluindo todos os hábitos de vida: árvore, arbusto, epífita, feto arborescente, herbácea, liana, palmeira, parasita e taquara. 	
Atrativos	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Núcleo de Visitação: Trilha da Brejaúva, Trilha das Palmáceas (auto-guiadas) e a Trilha da Campina com a Campina do Encantado ▪ Patrimônio Cultural: Sambaquis e Sítios Históricos ▪ Patrimônio Geológico: sedimentos paleomarinhas e paliolagunares co espessas turfeiras, que indicam padrões de mudanças ambientais de escalas milenares correlacionáveis as variações do nível do mar reconhecidas mundialmente. 	

Infra-Estrutura	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sede Administrativa no Município de Pariqueira Açú ▪ Núcleo de Visitação no Parque Estadual da Campina do Encantado <ul style="list-style-type: none"> ▪ Centro de Visitantes ▪ Quiosques e churrasqueiras ▪ Píer ▪ Base de Fiscalização ▪ Viveiro de mudas ▪ Guaritas ▪ Sanitários 	
Frota automobilística e náutica	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1 Caminhonete Toyota ano 1996 ▪ 1 Jeep Toyota ano 1995 ▪ 1 Veículo VW Gol ano 2006 ▪ 2 Motocicletas Honda ano 1995 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1 Land Rover ano 1996 ▪ 1 Trator Valmet 85 ID ano 2000 ▪ 2 Barcos de alumínio ▪ 2 Motores de popa 15 e 25 HP
Atividades Desenvolvidas	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proteção: o Parque integrou o Programa Operacional de Controle do PPMA e participa de operações de fiscalização conjuntas com a Polícia Ambiental e o DEPRN ▪ Uso Público: desde 2002 desenvolve atividades de visitação pública junto às escolas de primeiro e segundo graus principalmente do município de Pariqueira Açú, grupos de turismo ecológico e visitantes independentes ▪ Pesquisa: o Parque apresenta um número muito restrito de projetos de pesquisa, em que pese a infra-estrutura disponível e o pouco conhecimento sobre as florestas inundáveis e sua fauna associada. 	
Parcerias em Curso	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ações de Fiscalização - Polícia Ambiental ▪ Projeto Jovens ECONscientes - Prefeitura Municipal de Pariqueira-Açú, Polícia Ambiental, Instituto Elektro, Organização não Governamental - IDESC 	
Atividades Conflitantes	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ As principais atividades conflitantes com os objetivos do Parque Estadual da Campina do Encantado se dão no entorno da unidade, com atividades agropecuárias e minerárias, além de depósito de lixo municipal, embora a Prefeitura tenha se comprometido com a solução deste problema. Dentro do Parque encontram-se títulos minerários que devem ser revogados. 	
Equipe do Parque	
Função Principal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão: 01 ▪ Trabalhador Braçal: 05 ▪ Oficial de Serviços de Manutenção : 02 ▪ Encarregado de Turma: 02 ▪ Estagiário: 01 ▪ Vigilância Patrimonial: 04
Vínculo Empregatício	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituto Florestal: 07 ▪ DAAE: 03 ▪ Empresa de vigilância patrimonial: 04 ▪ Estagiário via FUNDAP: 01
Nível de Escolaridade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Superior: 01 ▪ Médio: 12 ▪ Básico: 03
Total	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 15 profissionais

I Área oficial do Parque Estadual da Campina do Encantado. Estudos preliminares, porém, acusam erros no memorial descritivo do perímetro do parque e demonstram que sua área é de 3.258,34 hectares